

Economia
Brasil

Olho no Taxímetro

O aumento nos juros para defender o real do ataque especulativo da última semana eleva o serviço da dívida em US\$ 3,4 bilhões por mês. Esta é a dura realidade, que não dá mais para varrer para baixo do tapete. É o tema central da primeira reunião da Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF). Do que essa comissão fizer daqui por diante depende o futuro do país. Ou será firme e dura, doa a quem doer, e restabelece o equilíbrio das contas públicas, ou cederá às pressões políticas, como sempre se fez no Brasil, e jogará o país numa recessão que repercutirá da Colômbia à Terra do Fogo.

A verdade crua é que o Brasil não suportará juros nesse patamar por muito tempo. Não se trata de medir isso em meses. É questão de semanas. Um mês de juros nesse nível é suficiente para engolir o que se ganhará com o corte de R\$ 4 bilhões programado – mas ainda não realizado – no orçamento federal. Pior ainda. Com juros de 49% ao ano a indústria pára e passa a desempregar em massa. E uma recessão no Brasil prejudicará todos os seus parceiros no Mercosul.

Essa comissão, portanto, velará pelo futuro do país. Precisarà de nervos de aço e coração de pedra. Terá que dizer não a ministros, parlamentares e, principalmente, a governadores e prefeitos. Da sua capacidade de resistir a pressões dependerá a travessia do Brasil pela turbulência. E ministros, parlamentares, governadores e prefeitos terão de demonstrar grandeza política para entender. Desta vez não será como na crise de outubro, quando o governo anunciou 51 medidas para cortar despesas e só cumpriu as que resultaram em aumento de impostos. O resto ficou no papel.

Até junho o governo federal conseguiu um superávit primário (diferença entre a soma de todas as receitas menos as despesas, sem contar o pagamento de juros) de 0,27% do Produto Interno Bruto (PIB). Os estados e municípios, ao contrário, passaram de um superávit primário de 0,14% do PIB, no primeiro semestre do ano passado, para déficit de 0,15%. Quer dizer: enquanto a União fez o sacrifício, estados e municípios continuaram o baile fiscal. Nunca é demais repetir que o brutal endividamento interno do país se deve mais aos governadores e prefeitos que ao governo central. Essa dívida chegou onde está porque o Tesouro Nacional, todo ano, assume os rombos que criaram.

O Brasil vive momento extremamente delicado. Se ministros, parlamentares, governadores e prefeitos não mostrarem espírito público diante da emergência responderão por isso perante a história e seus eleitores. A indústria, por conta da alta dos juros, já está trabalhando com níveis de produção iguais aos de janeiro e fevereiro, no segundo semestre. Menos produção significa menos crescimento econômico, menos arrecadação de impostos e mais desemprego.

Cortar despesas, mais que decisão econômica é ato de vontade política. O Brasil não pode esperar por políticas de longo prazo para equilibrar as suas contas. Os cortes são emergência, mesmo. O taxímetro dos juros está rodando. Causam perplexidade, portanto, os rumores de que ministros e governadores já começam a brigar por causa de cortes em orçamentos ou de possíveis repasses da União para as demais unidades. O momento é grave e não é hora para divisões. A hora é de união em torno do objetivo maior, que é a segurança do país.